



EDITORIAL

A IMPRENSA ESTUDANTIL — UMA FUNÇÃO
ESSENCIAL DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO
70

Vimos no nº anterior quais as funções gerais da Imprensa Estudantil. Urge agora ir concisando, em face da situação actual, quais as suas tarefas prioritárias.

Desta feita, deve a Imprensa Estudantil colocar-se na vanguarda de duas grandes palavras de ordem actuais:

I— RECONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO
DE LUTA SINDICAL ESTUDANTIL:

a) Reconstrução de uma linha de actuação.

Todos estudantes que têm pelo menos a experiência do ano passado sentiram duma maneira ou doutra os pesados efeitos negativos da ausência de uma directriz bem clara aos olhos da globalidade dos estudantes, na conduta dos processos de luta pela defesa dos seus interesses:

a reconquista da A.E.I.S.T. depois do seu assalto à mão armada e fecho por parte dos actuais membros da Direcção Geral de "Saúde" e a luta contra a repressão em Coimbra e no Porto. Esses efeitos negativos consistiram, em traços gerais, na incapacidade do processo dos plenários de Dezembro 68 em desenvolver uma luta vitoriosa—marcaram-se plenários aos dias pares da semana e luto académico nos intervalos..., morrendo de morte natural a efervescência com o chegar do 2º período, dada a inexistência de qualquer perspectiva de condução da luta federativa
(cont. na pag. seg.)

nesse sentido (infelizmente havia-nos nou-
tro sentido: o famoso processo dos 8 pon-
tos de Coimbra, ao qual foi sacrificado a
aquele que verdadeiramente mobilizara os
estudantes) sucedendo algo de semelhante
no Porto e em Coimbra; no primeiro caso
após os plenários iniciais muito concor-
ridos devido essencialmente à interven-
ção brutal das forças da ordem fascistas,
acabaram estes por se dividir quando se
começou a pretender lançar "cadernos re-
invidificativos" em torno dos 8 ~~postos~~
de Coimbra; e no segundo, após muita dema-
gogia e caganço de postas de pescada e
pouco trabalho sobre a politização e am-
plitude do movimento, morre com o envio
maciço de dirigentes e colaboradores pa-
ra a tropa no meio de uma assustadora i-
nacção da massa estudantil em tão "ampla
e bem orientada mobilização", perante a a-
tribuição a várias dezenas de colegas
nossos da "honra" de ir defender a "nos-
sa pátria"; atribuição "honrosa" esta
que, curiosamente, é utilizada como repre-
ssão disciplinar...

Mas enfim, isto são parêntesis.

O que se pode concluir, é que urge
ao movimento estudantil iniciar a pas-
sos largos a reconstrução de uma linha
de actuação, desta vez verdadeiramente
estudantil, realmente clara aos olhos
dos estudantes, para que os nossos inte-
resses possam efectiva e eficazmente se-
rem defendidos e conquistados.

Mas isso não se saberia fazer, se, en-
tre outras questões, não se fizer uma am-
pla e detalhada análise do que se pas-

sou e do seu significado; por
outras palavras, se não reti-
rarmos valiosos ensinamentos
dos erros cometidos e das ac-
tuações oportunistas havidas.
*Éis uma das tarefas urgentes
actuais.*

Simultaneamente, e sabendo
que sei os colaboradores as-
sociativos os estudantes ma-
is aptos a sistematizar esse
trabalho de definição de uma
linha de actuação, é necessá-
rio desenvolver um amplo es-
forço no sentido de que es-
tes estudantes constituam um
corpo com amplo conhecimento
da realidade actual, da evolu-
ção da sociedade portuguesa
e consequentemente do signi-
ficado das relações actuais
Universidade-Sociedade, da po-
lítica de Ensino actual. *Éis
outra tarefa prioritária des-
te instante:*

É que toda a prática e to-
do o esforço teórico a reali-
zar pelos colaboradores te-
nha bem vincado este efeito,
a curto prazo.

b) Reconstrução de estru- turas

É também do conhecimento
geral a manifesta deficiênci-
a estrutural do Movimento as-
sociativo, e a sua co respon-
sabilidade nos efeitos nega-

(cont. na pag. 3)

tivos apontados anteriormente. Esta deficiência estrutural tem dois aspectos: na sua incorrecção - inter-relações R.I.A.-R.N.D.-Direcção escolar-Secções e Inter-seções e consequentemente os níveis de decisão, perfeitamente desadaptados às necessidades da luta sindical por um lado, à existência de divergências ideológicas, por outro lado e na sua insuficiência - inexistência de uma articulação orgânica federativa e nacional entre as secções, nomeadamente as informativas e que se traduziam nas inúmeras dificuldades de uma movimentação una, e na preservação quase inevitável de diversíssimos aspectos de um "chauvinismo" de escola, ou seja, a subestimação, desejada ou não, do trabalho federativo e nacional.

Face ao primeiro aspecto - incorrecção - há que desenvolver um amplo esforço para que todos os estudantes e em muito particular, os colaboradores se apercebam de que a única forma de neste instante a direcção da luta sindical não ser paralisada por disputas ideológicas e pelo oportunismo, é evitar que elas se transformem em parlamentarismo, e luta golpista pela conquista de direcções; é, no fim de contas, evitar o seu condicionamento ao ambiente de luta de blocos e de golpe e contragolpe que habitará necessariamente as estruturas de topo devido à presença inevitável, neste instante, do oportunismo.

E isso por sua vez só se consegue se neste momento a decisão das opções sobre a direcção da luta estiver situada nas reuniões gerais de colaboradores, e não nas direcções.

E isto porquê? Porque só isto obriga efectivamente todas as propostas de orientação da luta sindical a serem constantemente analisadas pelo conjun-

to de colaboradores, o que diminui consideravelmente as chances do oportunismo pelo debate ideológico aberto, constante a que é obrigado, a que doutra maneira seria quando muito sujeito uma vez na eleição da direcção - onde aliás é relativamente fácil não abrir o jogo... Assim, a direcção é automaticamente desmascarada se se desvia das decisões dos quadros médios, o mesmo acontecendo com qualquer outra atitude de boicote do trabalho, o que por parte de alguns colaboradores, doutra maneira, devido ao aproveitamento oportunístico da falta de uma prespectivação colectiva dos colaboradores, e da "indiferença" e apatia ideológica de muitos, era conseguido por mil e uma artes, de que se podem encontrar diversos exemplos na triste história do oportunismo nas Associações de Estudantes.

É portanto uma importante tarefa actual: o estabelecimento dos níveis de decisão neste instante e definição do papel das estruturas de topo - R.I.A., direcções, etc. - nesta nova definição.

Face ao segundo aspecto - insuficiência é fácil de compreender a prioridade extraordinariamente importante que tem a rápida e acelerada reconstrução (na maior parte, construção...) de uma estrutura formativa federativa e nacional; até porque esta será um motor vivo na estimulação e criação de estruturas associativas onde não as há ou são muito fracas, como seja o caso de algumas escolas de Lisboa, da maior parte da Universidade do Porto, mesmo em Coimbra de certa maneira, e dos Liceus e Escolas Técnicas.

Temos assim a criação de uma estrutura informativa federativa e nacional como mais uma tarefa prioritária.

2- ARMAR A MASSA ESTUDANTIL DA COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO DA ACTUAL POLÍTICA SEGUIDA NO ENSINO E CONSEQUENTES NOVOS TIPOS DE REPRESENTAÇÃO:

É evidentemente uma tarefa vi-

(cont. na pág. 4)

tal a de impedir que nós, estudantes, sejamos integralmente transformados em carne de canhão para a solução das dificuldades da classe dominante em readaptar as estruturas sociais, incluindo a Universidade, às necessidades da tecnocratização que a economia capitalista exige neste instante; e desmascarar portanto o carácter interesseiro e demagógico da sua aparente política, como é por exemplo a "oferta" da participação no "governo" da Universidade (2) (no que aliás fomos muito ajudados pelo Conselho Escolar de Letras ao fechar a faculdade e as instalações da C.P.A. perante a resolução de greve, com ocupação, pelos estudantes, na mesma altura em que os jornais diários punham em cabeçalho gigante na primeira página: "Nova Política na Universidade"...?) que atrapalhado não devia ter tido o Ministério!

Por outro lado temos outro bom exemplo da Nova Política: é o caso da Legislação Militar. O envio para a tropa em qualquer altura passa a depender da opinião da autoridade escolar sobre o estudante em causa. Temos assim que, pela experiência das dezenas de colegas de Coimbra (3), todo o estudante que lutar pela defesa dos seus interesses está dependente de um critério subjectivo que lhe faz correr o risco de o mandar participar... mas é na tropa. Imaginem só agora que somos tão maldosos e tão descrentes da boa vontade ministerial, que até pomos dúvidas sobre o que vamos fazer ao Conselho Universitário... Defender os nossos interesses? Então vai passar a haver tropa no Conselho Universitário, se a lógica é essa.

Mas a lógica não é essa. A lógica

está em que o governo está interessado em deixar o estudante mexer-se um pouco mais do que o deixava antes, para que este possa lançar-se na tarefa árdua de melhorar o ensino do ponto de vista de eficiência técnica e maior dinamismo, porque essa melhoria ~~lhe é agora essencial~~. Mas essa permissão do estudante se mexer mais um pouco é perigosa: habitua grandes massas de estudantes a mexerem-se e ~~nestes~~ estes não param necessariamente nos limites estabelecidos, pois estes não são os dos interesses dos estudantes - o problema destes não se reduz às deficiências técnicas do ensino. Assim ele necessita de reprimir essa ultrapassagem, que não serve os seus interesses... e encontramos nós aqui um fenómeno de abertura por um lado, até um certo ponto, e um endurecimento repressivo por outro, do outro lado do limite.

Esclarecermo-nos sobre tudo isto mais detalhadamente e esclarecer os outros, eis mais uma tarefa que se demonstra urgente para todos nós.

IMPROP
XXXXXXXXXX

(2) - Note-se de resto o dado significativo que a oferta se restringe, pelo menos por enquanto à Universidade Técnica e não à clássica...

versidades, reuniram-se a 29 de Maio em Tóquio para discutir os confrontos actuais nas universidades. A reunião de protesto tinha sido organizada pelo "comité unido de luta" dos docentes da universidade de Nihon e da universidade de Tóquio. Foi a 1ª vez na história da universidade Japonesa que se reuniu um tão grande número de professores de orientação radical numa manifestação. 2 500 estudantes e adeptos dos comités, "unidade de luta" de diferentes universidades, estiveram presentes às discussões dos professores.

A administração da universidade de Tóquio foi objecto de violentos ataques.

- TURQUIA

A 9 de Junho tiveram lugar na Universidade de Istambul choques entre estudantes e a polícia. O senado da universidade tinha encarregado a polícia de controlar os edifícios universitários a fim de que se pudessem levar a cabo os exames.

Os estudantes exigem a demissão do reitor e do senado e negam-se a tomar parte nos exames enquanto a polícia estiver presente na Universidade.

A 11 de Junho, os estudantes de Ankara organizaram uma manifestação de solidariedade com os seus companheiros de Istambul. Seguidamente atacaram com pedras e bombas molotov os edifícios da administração militar turco - norte americano.

- ALEMANHA OESTE

As Associações de estudantes da Universidade Livre e Técnico de Berlim, juntamente com uma série de agrupamentos estudantis árabes, turcos, gregos e latino-americanos, convocaram uma manifestação de solidariedade com estudantes turcos castigados pelo seu governo. Dirigiram-se ao consulado do governo turco que tinha sido protegido pela polícia, e aí, decor-

reu uma assembleia. Vários oradores exigiram a anulação do castigo de que foram vítimas os estudantes e criticaram os métodos anti-democráticos do governo turco. Ao mesmo tempo, o consul geral turco Nejat Balkan recebeu uma delegação de 4 pessoas a qual declarou posteriormente que não tomaria posição em relação às implicações políticas da proibição.

Houve em seguida choques com a polícia quando depois da manifestação alguns estudantes se dirigiram para um restaurante turco.

- CONGO Kinshasa.

Violentos choques entre estudantes isolados, ocorridos na Universidade católica de Lovanium de Leopoldville, causaram pelo menos 12 mortos e numerosos feridos. Com o fim de obter aumento de horas de estudo os estudantes queriam organizar uma manifestação em forma de marcha de protesto no centro da capital congoleza. Esta manifestação não foi autorizada pelas autoridades, sendo utilizado o exército para impedir a marcha. No percurso em que surgiram as confrontações o exército abriu fogo sobre os estudantes. O comité político do partido Unitário do Congo MPP (Movimento Popular da Revolução) debaixo da presidência do general Mobertu, decidiu a dissolução de todas as organizações e associações estudantis congolezas passando a representação dos interesses estudantis para a organização juvenil do M.P.R.

- EQUADOR

Pela ocasião da visita do Governador de Nova York,

Nelson Rockefeller à América Latina, ocorreram violentas manifestações estudantis em várias cidades do Equador. Em Gua Yaquil estudantes universitários e dos liceus entrincheiraram-se durante vários dias nos edifícios universitários, quando foram atacados pelo exército com metrelhadoras e bazucas. Morreram seis estudantes. Em Ambota, os estudantes atacaram um edifício militar. Aqui também o exército os atacou com armas de fogo; ficaram feridos cinco estudantes. Posteriormente os estudantes reuniram-se em assembleia diante do centro equatoriano-norte-americano. Em Quito houve manifestações durante as quais se lançaram cocktails Molotov e explosivos contra o centro equatoriano-norte americano.

- ESPANHA

Membros do conselho estudantil

do Sindicato Democrático dos Estudantes Universitários (S E U) - a representação democrática dos estudantes de Madrid - entregou à imprensa uma declaração em que se queixam da repressão nas universidades. Os castigos impostos aos estudantes, vão desde a negação da entrega na entrega de certificados de boa conduta, até à condenação em um tribunal de guerra. O Conselho Estudantil reprova o reitor da Universidade de Madrid e a sua colaboração com a polícia. Entre outras coisas os estudantes declaram que o governo de Franco fez morrer a Universidade (centenas de estudantes foram presos ou expulsos da Universidade. Nas faculdades já não existem condições suficientes para o estudo e reflexão. Com medo de serem presos, só 10% dos estudantes matriculados assiste às aulas. Faz um ano que o ministro da educação tinha prometido uma reforma do ensino

no. Mas até agora a única reforma consiste na instalação da polícia na Universidade.

- Estados Unidos

Numa conferência de imprensa dada pela organização Students for a Democratic Society (SDS) em Nova York, os periódicos salientaram depois que o secretário do SDS se tinha recusado a admitir perguntas. Esta é a segunda vez que os jornalistas que desejam informar-se sobre as acções de protesto estudantil da Columbia abandonam uma conferência de imprensa do SDS devido à negativa deste em responder a perguntas feitas pelos jornalistas. Eram unicamente declaradas as reivindicações estudantis dirigidas à Universidade e os estudantes de qualquer das vezes se recusaram discutir mais detalhadamente.

INDUSTRIAL

Gravíssimos acontecimentos afectam neste momento a Associação dos Alunos do Instituto Industrial de Lisboa (A.D.A.I.I.L.).

Assiste-se a uma tentativa de ASFIXIA desta Associação por parte das "entidades académicas".

- Depois da proibição de TODA A INFORMAÇÃO (excepto sebatas e apontamentos) e da ameaça ao Presidente da Associação, de um processo disciplinar caso o despacho não fosse acatado;

- Depois da RECUSA DE UM SUBSÍDIO já anteriormente prometido e sem o qual é impossível o funcionamento da cantina;

- Depois DA RECUSA DE GARANTIA DE INSTALAÇÕES para a ADAIL no novo Edifício que começa a funcionar no próximo ano lectivo;

- Depois de uma tentativa de INGERÊNCIA NA VIDA DA ASSOCIAÇÃO (pretendendo-se que o director da Escola fosse o Presidente do Conselho Fiscal da ADAILL);

- Depois DE UMA RECUSA QUASE SISTEMÁTICA DE SATISFAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES QUE OS ALUNOS TÊM APRESENTADO;

nos últimos dias assistiu-se ao AUMENTO DA REPRESSÃO SOBRE A ASSOCIAÇÃO, traduzida em:

- PROIBIÇÃO dum CICLO DE DEBATES organizados pela Secção Cultural, tendo o Director CHAMADO DUAS VEZES A POLÍCIA, para forçar os alunos a um afastamento das graves questões que iriam ser debatidas, para impedir, enfim, a realização do CICLO;

- PROIBIÇÃO dum Convívio tendo o Director CHAMADO A POLÍCIA, para mais uma vez forçar os alunos a não realizarem essa actividade fundamental;

- O Director da Escola faz um despacho em que, ignorando pura e simplesmente a ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS, contradiz ordens já anteriormente expressas, e fala da criação de um "ESTATUTO QUE REGULAR A CANTINA E INSTALAÇÕES DE CONVÍVIO".

- ACUSAM-SE OS ALUNOS DE ACTOS INDECOROSOS dentro do Instituto, durante a realização de um Convívio e contrata-se um POLÍCIA para vigiar o Instituto...

- PERSEGUEM-SE E AMEAÇAM-SE os alunos por colocarem cartazes e propaganda;

- AMEAÇAM-SE OS ALUNOS COM A INTERVENÇÃO DIRECTA DA POLÍCIA...

- SÃO ENCERRADAS PARTE DAS INSTALAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO.

Parante estes factos e devido à sua extrema gravidade realizou-se UMA REUNIÃO GERAL DE ALUNOS, na segunda-feira às 14 horas, a que compareceram cerca de 500 alunos, tendo sido aprovada a seguinte proposta:

"Considerando que as posições de força tomadas pelo MEN são de molde a impedir o funcionamento de qualquer Associação de Estudantes nos campos em que ela mais deve incidir;

"Considerando que uma posição passiva dos alunos só conduzirá à vitória das posições das autoridades académicas;

Propõe-se que:

19 - O Director do IIL retire imediatamente e oficialmente toda a ingerência nas actividades da Associação até à próxima quarta-feira.

29 - Os alunos se reúnam em Plenário na próxima quinta-feira com abstenção total de ida às aulas durante a reunião.

39 - Como linha de continuidade do processo se observem entre hoje e o próximo plenário os seguintes pontos:

- a) Que esta reunião seja continuada sob a forma de convívio, como protesto pela proibição do convívio de ontem.
- b) Que durante todo o dia de manhã os estudantes aproveitem as aulas para discussão do momento presente.
- c) Que na próxima quarta-feira seja encerrada a cantina e, se realize no pátio um piquenique de protesto pela não atribuição de subsídio a cantina, definindo-se aí quais as formas de luta para a prossecução do processo da Cantina.
- d) Que no mesmo dia os alunos realizem um boicote total às aulas entre as 12 e as 16 horas, como demonstração da sua unidade face à repressão ministerial.
- e) Que se mantenha a realização do debate de quarta-feira fazendo-se uma concentração de alunos para forçar a realização do mesmo."

Outra proposta, igualmente aprovada, foi a de dar conhecimento ao corpo docente e em particular ao Sr. Director do IIL da proposta acima referida.

Como o ponto 1 não foi satisfeito, os alunos têm feito greve em algumas aulas e absterido das chamadas a outras.

CONCLUSÃO

A extrema gravidade dos acontecimentos que se têm verificado na ADAIIL não é mais do que o reflexo da situação caótica do Ensino nacional, como o foram também os acontecimentos verificados no Técnico, ISCSPU, Letras, etc. Não podemos, pois, dissociar aqueles acontecimentos destes últimos.

A política do governo, caracterizada especialmente por mais promessas, mais polícias e pela recusa sistemática em atender as reivindicações dos estudantes (e não só), mais uma vez se apresenta claramente definida. Mais uma vez, caído o "véu liberalizante", o governo mostra a sua verdadeira face - a face repressiva, anti-democrática, anti-popular, anti-nacional.

DIREITO

Em R.G.A. do dia 26-I-70 com cerca de 500 participantes, foram aprovadas várias moções, numa das quais se pede a demissão do Director da Faculdade. Aprovou-se também a criação de comissões de curso para apoio às reivindicações pedagógicas.

Foi marcada nova R.G.A. para a próxima 2ª-feira para discutir:

1º O trabalho realizado.

2º A continuação do processo reivindicativo.

Em reuniões de curso dos 3º e 4º anos, foram aprovadas moções para a continuação da luta. Aprovou-se o recurso à greve.

No 2º ano (aula de Administrativo) foi aprovado, em alternativa com o prosseguimento da aula, um debate.

ECONÓMICAS

Foi apresentado ao Conselho Escolar o mapa de exames proposto pelos alunos e aguarda-se a decisão daquele.

- A fim de se produzir uma movimentação nas turmas estão-se criando estruturas nos cursos, com o fim de fazer rebrantar os aspectos mais anquilosados do ensino.

- Os estudantes recusam-se a participar nas aulas práticas, que eram utilizadas para dar mais matéria teórica. Reivindicam que aí se debatam principalmente os problemas específicos da cadeira, e do ensino em geral, pondo em causa o conteúdo dessas mesmas. Exigem o direito de opção para realização dos trabalhos práticos que achem correcto fazer-se e contestar a doutrinação que "a bem da Mação" se faz em certas cadeiras (especialmente Finanças, Economia, Direito). Recusam-se a aceitar os pontos que certos professores que se julgam na "vanguarda pedagógica" impingem aos alunos afim de principalmente terem menos trabalho, pois o computador trabalhará por eles, dado que os alunos nos pontos apenas têm de responder "sim" ou "não" às frases apresentadas pelos professores.

A batalha cultural processa-se, presentemente, com mais intensidade em Finanças I, cadeira particularmente odiada dada a "qualidade da matéria" e dos professores.

Os estudantes desta cadeira exigem a imediata publicação de folhas pois caso contrário recusam-se a aceitar mais matéria teórica.

No dia 28/1/70 os alunos abandonaram a sala, dada a recusa do professor em discutir os problemas.

- LETRAS

Em Novembro é anunciada nos jornais a saída do curso de Germânicas da Faculdade de Letras para um edifício da Miguel Bombarda.

A razão depois apresentada é a da super-lotação da faculdade (no novo edifício soube-se depois não caberiam mais do que 25% dos alunos de Germânicas) mas os alunos do curso imediatamente denunciaram o duplo objectivo de divisão dos alunos da faculdade e de pretensão de conseguir maior racionalidade tecnológica para o principal curso de línguas.

Em R.G.A. os alunos decidem então greve às aulas por um dia (100% de adesão) como protesto, a qual se segue outra da qual sai um ultimatum ao MEN exigindo a garantia da não saída dos estudantes de Germânicas da faculdade comprazo de resposta até 7/1. Entretanto a pró-associação é encerrada no 1º dia de férias e imediatamente é exigida a sua reabertura e a devolução de todos os arquivos. Entretanto é levantado um processo disciplinar aos dirigentes da pró- Associação.

No dia 7/1 não notícia do MEN e suas intenções. Efectua-se então uma R.G.A. no dia 8 que decide e passa a executar a ocupação do anfiteatro I, e que nas aulas se peça aos professores a opinião sobre os acontecimentos e se transformem as aulas em debate e como alternativa de boicote caso reusa dos professores (razoavelmente conseguido).

Nova reunião geral decide o boicote de todas as aulas práticas e pontos escritos (conseguido), e dias depois as "autoridades" ordenam a fiscalização de entradas na faculdade de que pouco depois foi forçada por estudantes de Letras e outras escolas, ao que se segue um colóquio no anfiteatro I.

No dia seguinte o Conselho Escolar reúne com os assistentes e faz sair uma nota (com dois votos contra) absolutamente nojenta, onde chamavam desordeiros aos estudantes e os ameaçava com as "autoridades competentes" se a anarquia continuasse.

O boicote a um ponto do prof. catedrático de Germânicas, Gonçalves Rodrigues (também proprietário do I.S.L.A., donde partiram algu

mas sedutoras cartas a alunas para mudarem de Escola) provocou a ira deste cavalheiro que logo, e ilegalmente (o que não faz mal nenhum pois é ele quem manda) proibiu os assistentes do curso de darem aulas, o que também ele passou a fazer.

A partir daqui a evolução do processo é rápida.

Os alunos em R.G.A., decidem greve geral (26/I), iniciada à tarde, (com 100% de aderência) com três pontos reivindicativos:

- 1-não saída de Germânicas
- 2-suspensão dos processos disciplinares
- 3-restituição do material e arquivos da pro-Assoc.

O Conselho Escolar reúne apressadamente e declara o encerramento da Faculdade, executado às 18 horas.

No mesmo dia sai nos jornais da tarde a notícia de que os processos disciplinares das Universidades de Lisboa serão arquivados.

No dia seguinte, 27/I, a direcção da pro-Associação é recebida pelo Reitor. Este promete a entrega do material da pro-Associação para o dia seguinte, lamenta a precipitada decisão do C.E. (eles já nem se entendem!) e quanto à saída do curso de Germânicas na garante, mas vai dizendo que ela é pouco provável, e que a maioria dos professores preferem ver alargadas as instalações da Faculdade.

Maçada a R.G.A. para 28 de Janeiro, às nove horas da manhã a Faculdade continua encerrada todo o dia.

Surgiram entretanto ~~alguns~~ problemas quanto ao seu tratamento específico, isto é, quanto à forma como ele deveria ser abordado.

Todos sabemos que cada pessoa, dum modo geral, tem uma ideia mais ou menos definida a respeito dos assuntos que devem ser tratados por uma A.E., tendo em vista a realidade global em que a Universidade, e consequentemente o estudante, se encontra inserido. É claro que convencido da correcção da sua ideia, este argumenta com base em uma análise que, individual, e honestamente construiu. A discussão inevitável, surge assim desgarrada, e o seu prolongamento, a este nível, conduz evidentemente a um beco sem saída.

Esta situação era comum às várias secções.

Que solução poderia então dar-se a isto?

A Reunião Geral de Colaboradores iniciou então a análise em conjunto de todos os factores que podem condicionar a possível orientação de acção, por parte duma A.E..

Depois, e só depois dessa análise, se poderia então pensar no estabelecimento de uma imediata actuação, cujo desenvolvimento estaria já perfeitamente assente.

O que foi quase completamente seguido em sucessivas R.G. de Colaboradores que se efectuaram.

Assim se explica a aparente estagnação de toda a acção associativa, e em particular, da acção cultural.

Delineada agora uma linha de acção a desenvolver prioritariamente, cabe à Cultural uma determinada concretização.

Para isso precisamos de ti!!

APARECE NA PRÓXIMA REUNIÃO DA

CULTURAL

CIÊNCIAS

SECÇÃO CULTURAL

Com certeza te apercebeste do trabalho que no período passado a Secção Cultural procurou desenvolver, centrando-o no tema-A GUERRA.

Foi anunciado na altura, que esse trabalho iniciado já no fim do primeiro período, teria continuidade no período seguinte.

SECÇÃO PEDAGÓGICA

Problema dos exames das Cadeiras Semestrais

0-Vão terminar em fins de Fevereiro as aulas das cadeiras do primeiro semestre

1-Voltam os estudantes a sentir mais uma vez o problema do exame, no caso particular das cadeiras semestrais

que é visto ao nível primário de terminarem uma cadeira semestral da qual só vão fazer exame 4 meses mais tarde, agravando-se dessa forma as condições dos exames de Junho. Procuraram os estudantes a solução do problema, achando que este se achava no quantitativo de exames a efectuar na época de Junho, situado desta forma a solução (mais cómoda) surge naturalmente; consiste ela (como sempre) na elaboração de um requerimento que é enviado ao M.E.N., em que se pede a antecipação do exame de Junho para Março, e do qual se espera a resposta que é acite seja ela qual for.

1-a) O que se passou em Probabilidades, Erros e Estatística para os cursos de Engenharia e Física constitui um exemplo claro do que foi dito atrás.

2- Entendemos o problema não como uma questão de datas e quantidade de exames a efectuar, mas sim ao seguinte nível: o exame é o corolário lógico do tipo de ensino a que somos submetidos.

É nítido neste momento o modo diferente como nos aproximamos da questão. A primeira aproximação tomou como sistema de referência a aceitação do exame e situou-se em função da data; na segunda aproximação aqui expressa o referencial é diferente - não aceitação do exame que é situado em função do ensino. O que haveria a fazer num processo destes seria a tentativa de aprofundamento do problema para sabermos onde é que ele verdadeiramente se situa e então talvez que a solução já não fosse a mesma que foi encontrada. Mas chegados aqui é necessário entrarmos com um factor que é a inexistência de trabalho pedagógico que permitisse ter criado as condições para abordagem correcta do problema.

UM NOVO CDUL

Ao contrário do que terá acontecido em anos anteriores a direcção deste ano do CDUL é constituída por elementos indicados pelas escolas. Sendo o CDUL o único órgão federativo, não tem as escolas aproveitado este facto para definir uma actuação correcta em relação ao desporto Universitário.

Com agrado nosso notamos que há uma tentativa da direcção do CDUL para conjuntamente com as escolas definir todo um esquema de orientação futuro.

O CDUL irá Finalmente defender os interesses dos estudantes no campo desportivo?

COIMBRA

A comissão associativa pró-eleitoral solicitou ao novo ministro da Educação uma entrevista, que este concederá em breve.

A C.A.P.E. será recebida pelo novo reitor possivelmente durante a proxima semana.

Em comunicado recente a C.A.P.E. expôs as reivindicações básicas a curto prazo, ou sejam: eleições e abolição da legislação anti-associativa, especialmente da legislação militar, ao abrigo da qual muitas dezenas de colegas se encontram em Mafra.

A interjuntas está formada, mas presentemente não estão a desenvolver nenhum processo concreto; num último comunicado analisaram as recentes substituições de MEN e de Reitor, desmascarando portanto a tentativa do governo de enrolar os estudantes através de "mudanças".

O ano de -1968-69 foi marcado sob o ponto de vista dos estudantes portugueses de modo muito particular por três crises sucessivas: encerramento do Técnico e sua AE em Dezembro, os Plenários do Porto em Fevereiro-Março e a grande crise-greve de Coimbra de Abril a Junho.

Que o M.E. há muito estava em crise é um facto, que as três crises sucessivas o puseram a claro e impuseram uma larga revisão de processos e de objectivos, foi a contrapartida positiva dos acontecimentos.

Os acontecimentos do Porto começaram, a bem dizer, no -19. período, em Lisboa. A incapacidade do então todo-poderoso Secretariado da RIA para enfrentar os acontecimentos que então se precipitaram levam-nos a uma generalização salvadora e brilhante que se revelou luminosamente em Coimbra, na Tomada da Bastilha, sob o nome de "8 pontos de Coimbra". Entre esses, exigia-se, a demissão das Comissões Administrativas de Coimbra e Ciências, que o MEN já prometera, a integração na Universidade dos professores expulsos, alguns dos quais brilhantes pilares do capitalismo português, e muitas outras coisas que a florida "Primavera Política" prometia (e promete) com a evolução normal da economia capitalista no nosso país. Claro que tudo isto se sabia, mas o que era preciso era uma janela por onde fugir, e melhor ainda se ela espreitava para outro jardim e espreitava ... como a campanha eleitoral mostrou.

Como tábua salvadora os 8 pontos foram rapidamente agarrados nas 3 academias. A 27 de Fevereiro convoca-se um plenário no Porto para os discutir e votar. Mas, o Reitor não achou piada à coisa, e mandou a polícia correr com os 1.000 estudantes do átrio da Universidade. E assim se iniciou mais um processo estudantil.

A 28 de Fevereiro uma concentração de estudantes é transformada em plenário que aprovou os 8 pontos, manda ao Presidente do Conselho um telegrama de protesto contra o "ultraje" à Universidade e elege os 3 delegados à CNEP pelo Porto. decide-se desencadear a partir do dia seguinte uma "ampla campanha informativa e de DEBATE em todas as Escolas, ...". Exige-se a demissão do Reitor. Do plenário vai-se em marcha silenciosa para a Cantina, a 300 metros. São 2.000 estudantes. Confraternização. Surge a polícia, presos 2 estudantes. Os colegas exigem a libertação dos camaradas como condição para abandonarem as instalações. "Ali se realizaram reuniões por escolas, ali se tomam decisões de continuidade, se estudaram as condições. Ali se forjaram os métodos, se sublinharam as razões. Para depois da libertação dos colegas, todos saíam na maior ordem".

1, 3/3 - Comícios, Reuniões Gerais, Informação.

4/3 - Plenário

Decide-se continuar as formas de protesto anteriores, "desenvolver o processo de discussão e aprovação das reivindicações imediatas dos estudantes, com vista à sua entrega em conjunto às autoridades". Marca-se para 6/3 um "dia de protesto" especial com Greve e Ocupação das Escolas para discussão dos problemas dos estudantes, aonde possível".

Uma comissão sai do plenário para se avistar com o MEN, presente na cidade. Exige-se a legalização urgente de todas as AAEE do Porto; decide-se a redacção imediata de cadernos reivindicativos, a serem entregues às autoridades, para "aproveitar a força da sua unidade na reivindicação imediata dos seus interesses".

A comissão avistou-se com o MEN a custo, e a resposta foi a esperada: nada tenho a ver com isso, dada a autonomia da Universidade.

O dia de greve é cumprido em quase todas as escolas.

13/3 - Morte do processo num plenário deminuto.

O processo no Porto foi conduzido à volta de alguns temas fundamentais: "8 pontos", demissão do Reitor - processo contra a invasão da Universidade pela polícia, cadernos reivindicativos - crítica à "triste" cultura fornecida na Universidade - democratização do ensino.

Tudo começou com um plenário convocado para discutir e aprovar os "8 pontos de Coimbra". Estes tinham sido "inventados" meses antes, e no Porto a prática de trabalho e esclarecimento realizado no seio dos estudantes era quase inexistente. O isolamento dos quadros associativos em relação à massa estudantil era um facto; também o era, no entanto, a necessidade espontânea dos estudantes de "fazerem alguma coisa". Não existia então qualquer relação material entre os "8 pontos" e a prática de luta da massa estudantil. A reacção à violência policial foi natural e espontânea. Nos primeiros dias surgiu facilmente uma relativa mobilização, palavras de ordem adoptadas pelos estudantes, luta em formas primárias que pedia objectivos mais avançados, análises correctas que permitissem aos estudantes a compreensão da situação e um avanço progressivo no nível de luta e nos seus objectivos. Mas as análises não surgiram, as palavras de ordem não focalizaram novos objectivos, não se ultrapassou a adesão emocional, a reivindicação-comissão--demissão da responsabilidade perante as autoridades que ao mesmo tempo se recusavam como tais.

Uma decisão do plenário de 6/III é clara neste sentido da maré cheia, para meter no meio todas as reivindicaçõeszinhas que se consigam arranjar. O processo morreu. A "ira" não se soube transsubstanciar-la. Não se deu oportunidade a que os 1000 ou 2000 mobilizados em plenários passassem da obrigação de levantar o braço para uma consciência do seu poder, através de análises capazes, de reivindicações por todos sentidas, duma correcta contestação de "falsas autoridades", e de uma movimentação que desse força que impusesse as reivindicações feitas. Ao contrário os objectivos são simples reformados em abstracto, apoiados no civismo, nas tiradas emocionais, na demissão perante as autoridades (de que os comunicados saídos na altura dão sobejos exemplos). A palavra de ordem é o contra-relógio com a derrota, com a desmobilização, com o regresso ao "getho" associativo.

Entretanto por toda a parte decreta-se que a massa não está politizada e por isso não responde à "chamada"; que os 8 pontos resolverão todos os problemas estudantis e que antes da sua conquista nada se pode fazer. Não se diz como é que se vai conquistá-los--enviam-se apenas algumas comissões às autoridades (que entretanto se vai dizendo estarem ao serviço da repressão). Não se define uma linha de actuação, não se trabalha no seio dos estudantes, não se desce dos obscuros centros de decisão.

NOTA DA IMPROP:

Os colaboradores da IMPROP não estiveram de acordo quanto às análises feitas neste artigo. A sua publicação deve-se exclusivamente à necessidade das informações sobre a luta estudantil no Porto.

No próximo Boletim sairá então uma crítica às tais análises aqui feitas.

PARTICIPAÇÃO-CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE

Receberam todas as direcções das AA.EE. da Universidade Técnica(excepto ISCSPU)uma carta do Sr.Reitor Prof.Vasco Costa,em que eram convidadas a comparecer,no dia 13 de Janeiro de 1970,às 12h.,uma reunião em que se discutiria a participação de representantes dos estudantes no Conselho Universitário da Universidade Técnica".

1.PARTICIPAÇÃO:ponto reivindicativo sempre apresentado pelo Movimento Associativo na compreensão da sua tarefa e definição sindical-a defesa ~~dos~~ dos interesses comuns a todos os estudantes.É sabida e basto conhecida a resposta das autoridades a esta questão,recusa constante;tudo isto sempre acompanhado do "pôr em causa" a representatividade firmada das AA.EE..

2.Só à luz do esforço de evolução e enraizamento que o sistema capitalista neste momento tenta no país:procura intensa de racionalização dos modos de produção-desenvolvimento industrial,tentativa de progresso e industrialização das colónias,tudo dominado na procura constante duma monopolização em todos os sectores de produção-se poderá compreender a sua tradução a nível da Universidade.

O progresso industrial necessita de uma maior preparação de quadros -qualitativa e quantitativamente;o teórico e o técnico com o seu lugar na engrenagem montada pelo grande capital prepara-se na Universidade(e não só).Esta terá de cumprir a sua função.

Só daqui se poderá compreender o que significa neste momento o ser o MEN a lançar uma isca - a dita participação.

3.A participação estudantil nos ~~nos~~ órgãos de gestão universitária e a "abertura" do governo a semelhante questão pressupõe uma aceitação com reservas da representatividade das AA.EE.

Isto implica no imediato permanecer encerradas algumas AA.EE.e esperando legalização CPAEE. de outras escolas. Ou seja,ter-se-á que aceitar o "stato quo" repressivo a que o governo pretende sistematicamente forçar o M.A.,manifestado por toda a legislação anti-associativa e estatutária imposta pelas autoridades. Foi sempre pretensão do governo,e sua directriz de actuação,o fraccionamento do M.A. em torno de questões como "Universidade Técnica"e "Universidade Clássica".Teve sempre o M.A.resposta,firmando a unidade de todos os estudantes, recusando divisões em torno de formas obsoletas de separação da Universidade.

Como órgão sindical -as AA.EE. sempre colocaram como ponto fundamental a gestão estudantil de todos os organismos que visem os interesses dos próprios estudantes.Sempre se entendeu a existência de Serviços Sociais como a tentativa de ingerência no campo de "concorrência económica"às AA.EE.

Assim para a participação há a colocar 5 questões essenciais:

- Revogação da legislação estatutária e anti-associativa
- Imediata abertura de todas as AA.EE.repressivamente fechadas.
- Legalização de todas as CPAEE.
- Legalização de uma associação dos estudantes liceais com o mesmo estatuto das universitárias.
- Questão dos Serviços Sociais:

gestão estudantil dos órgãos de seu interesse.

4. Entendem o governo ao lançar o repto da participação, que constituiria uma recusa sistemática, colocá-lo a nível de Conselho Universitário - estrutura de topo da Universidade. Aos estudantes compete a discussão ampla e o debate geral de como será feita essa participação e a que níveis deve ser efectuada. Às AAEE compete para já o iniciar - para todos os estudantes - duma definição correcta da actuação a ter, qual a função e em que moldes essa participação deve ser entendida e colocada.

Será que o C.U. é dentro da Universidade assim como o Senado Universitário a estrutura onde a participação estudantil se poderá concretizar? Será aí que ela consegue os seus objectivos? Como é conseguida nessas mesmas estruturas a representatividade do corpo docente, catedráticos, prof. ex - traordinários e assistentes? Pretendemos com isto afirmar que sendo as AAEE os únicos órgãos verdadeiramente representativos dos estudantes, põe no imediato a questão da autêntica representatividade da parte do corpo docente.

Sabemos do obsoleto que é a estrutura Conselho Escolar onde a grande maioria dos professores - assistentes - não tem qualquer participação. Não possuem estes qualquer estrutura a nível sindical que permita a sua verdadeira representatividade a nível de quaisquer estruturas universitárias. Significa então que a única participação representativa dentro do C.E., C.U., S.U. será neste instante dos estudantes a partir dos seus órgãos sindicais. Reconhece-se então:

- REVISÃO IMEDIATA da representatividade docente

- Revisão das Estruturas de Gestão Universitária que se pretendem de cogestão.

Os estudantes estão representados a partir dos seus órgãos sindicais, entender-se-ia cogestão a nível também da representação sindical dos professores.

NOTA DA REDACÇÃO: Este artigo constitui um contributo para uma análise, não manifesta a opinião da direcção e colaboradores. Para que se complete será necessário ser prolongada a análise dos pontos por ele levantados.

Seguidamente procuraremos publicar a sua continuação neste boletim.

É DIA DE FESTA

É dia de festa
Anda vem para as ruas

Hoje
As estrelas são tuas
Podes olhá-las sem pagar nada

É dia de festa
Levanta essa crista

Hoje
Podes cantar e dançar
Podes pedir pão e vinho
Sem seres anarquista

É dia de festa
Anda vem para o goso

Hoje
Podes respirar e viver
Podes amar
Sem seres criminoso

Mas
Só por hoje
Que é para os turistas verem

FANHA "Cantiga da dúvida e do perguntar"

A sair em breve editado pela A.E.E.C. L.